Capítulo VIII Economicismo

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. Economicismo. In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 193-220. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0010>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Economicismo

A reforma do Estado e a dominação do capital foram e continuam sendo concretizadas através do mais diversos processos e medidas que mudam a China profundamente. Essas mudanças, ao longo de quatro décadas, produziram debates e interpretações das mais diversas. O que mudou e está sendo mudado? Como? Por quê? Quais as implicações? As transformações na China têm explicações controversas, com acesas polêmicas. O evolucionismo – como pensou Bernstein –, o economicismo – das reformas econômicas e determinismo tecnológico –, o desenvolvimentismo – das políticas do Estado – e o liberalismo – da autorregulação do mercado e globalização do capital – são as quatro matrizes das tentativas de fundamentação teórica e de argumentação política e econômica das reformas chinesas. Há uma quinta interpretação que identifica a transformação em curso na China como expressão de um modelo de economia de mercado, puramente, sem capitalismo, mas essa explicação é uma mescla das interpretações do liberalismo e evolucionismo, em um resgate forçado de Adam Smith. (ARRIGHI, 2008) Em vez de exclusão mútua, as matrizes teóricas, políticas e econômicas rivalizam e, simultaneamente, combinam-se no caso

chinês. Em vez de implicações globais harmoniosas, são geradas contradições sistêmicas que, na verdade, são pouco estudadas e compreendidas. Aonde vai a China? Parece, ao posto de grande potência econômica e de sociedade dividida por aguda polarização de classes, conforme a restauração capitalista, que se insinua, penetra, autonomiza-se, à revelia das intenções e esforços do Partido Comunista Chinês.

Atraso econômico

Em fins da década de 1970, o reconhecimento da persistência do atraso econômico e tecnológico da China, nas condições da economia internacional, apareceu como se fosse um diagnóstico de causas de problemas políticos e sociais. A modernização da China para superar esse atraso relativo exigiria, portanto, as reformas econômicas. Mas não é verdade que as reformas de mercado, tais como foram adotadas, eram a única possibilidade real na China. Aceitar esse argumento é submeter-se a uma interpretação da realidade chinesa, em conformidade com um forte determinismo econômico. A sociedade chinesa não se deparava com um único, estreito e inarredável caminho em favor do mercado, da propriedade privada, do capital e da estruturação de diferentes classes sociais. Existiam outras vias de reforma, alternativas, com suas próprias características e lógicas. Hoje, essas possibilidades só podem ser acenadas como meras conjecturas, anacronismo, incipiente exercício contrafactual. A planificação poderia ser modificada radicalmente com novas formas de descentralização das decisões, priorizando os empregos. A reorganização dos investimentos poderia impulsionar a produção para o aproveitamento das potencialidades de mercado de massas para os bens de consumo. Já existiam bases para o incremento da produtividade do trabalho com melhor alocação da mão de obra entre o campo e a cidade. Com o benefício

do dinamismo vivido pela região do Leste asiático e aproveitando a influência econômica e a propriedade empresarial da diáspora chinesa nessa área, a China, com seu grande potencial econômico, poderia e deveria buscar formas de participação no mercado internacional, beneficiando-se de comércio e tecnologia, sem abrir mão de certo grau de monopólio do comércio exterior pelo Estado. É claro que o percentual relativo ao ritmo do crescimento econômico não atingiria dois dígitos, mas ainda seria razoavelmente forte para fazer avançar a economia. Dever-se-ia aumentar a sua inserção internacional, mas ressaltando todos os obstáculos da sabotagem e da dominação capitalista na economia global.

A luta política no interior do sistema Partido-Estado resultou no êxito de determinadas propostas de reforma da economia. A partir daí, o mercado e, em seguida, a propriedade privada, substituindo a planificação estatal de tipo socializante, seriam assimilados como instrumentos indispensáveis para viabilizar o almejado desenvolvimento econômico. Ao longo das diversas etapas das reformas, alterou-se larga e profundamente o papel do Estado na economia, alienando-o ainda mais do controle das massas trabalhadoras, embora, ao mesmo tempo, a regulação estatal restrinja a liberdade do movimento do capital dentro da estrutura econômica chinesa. O ambiente internacional, as condições geopolíticas e as contradições e tensões na formação social chinesa estabeleceram os limites e as possibilidades das decisões sobre as reformas, com o poder político concentrado na cúpula do Partido Comunista da China. Buscou-se forjar, tacitamente, alguma espécie de pacto, coesão, hegemonia como consentimento, na sociedade, em torno do desenvolvimento econômico e do progresso técnico e da expectativa de frutos benéficos para todos, ao lado da restauração do orgulho nacionalista do Império do Meio.

Na sociedade chinesa, a despeito da revolução socialista e da industrialização, quase metade da população ainda se encontra,

hoje, nas áreas rurais. No século XX, além da China, só na Índia e nos casos de populações paupérrimas, como no Nepal e África Subsaariana, persistiram uma maioria camponesa. Todavia, é na China que se concentra a maior população camponesa, em termos absolutos, e ainda com grande grau de dependência da agricultura, apesar da industrialização rural desde os tempos de Mao. A grande pressão demográfica e a pobreza levaram à restrição do tamanho da família na China, adotando-se a política de um só filho. Essa política podia ser um pouco flexibilizada em certas situações especiais, a exemplo de menor, relativamente, densidade demográfica em determinado local ou em alguns casos de minorias étnicas.

A avaliação das condições econômicas da China e o julgamento do Partido Comunista da China (PCC) sobre as transformações do período maoísta qualificam e relativizam o diagnóstico do atraso econômico geral do país. Vale lembrar que o ritmo do crescimento econômico nos quase 30 anos do período maoísta pode ser considerado alto, comparado aos padrões de dinamismo das economias capitalistas, tanto centrais quanto periféricas. As dificuldades econômicas, nos marcos do Grande Salto, foram agravadas pela decisão da URSS, em julho de 1960, de retirar todos os seus especialistas e romper os acordos de cooperação econômica e técnica. Não obstante as dificuldades, problemas e impasses, era, de qualquer forma, com as condições e bases herdadas do período maoísta, que se contava para sustentar as primeiras reformas econômicas. Por isso, consegue-se descobrir uma raridade no livro *Breve História do Partido Comunista*, ou seja, uma curtíssima, isolada e contraditória nota de reconhecimento de certos feitos positivos do Grande Salto à Frente, a saber:

O 'grande salto adiante' [1958-1960] acarretou enormes devastações e desperdícios na produção industrial e agrícola e na construção; não obstante, foi *naqueles*

anos quando se começou a organizar grande parte das numerosas tarefas de desenvolvimento da construção industrial, de investigação científica e de tecnologias sofisticadas de uso militar, assim como de construção de obras hidráulicas no campo e do desenvolvimento da mecanização e modernização da agricultura. (OFICINA..., 1994, p. 717, grifo do autor)

Reformas exigidas pela economia

A análise realista das condições da economia da China parecia recomendar uma nova estratégia de avanço das forças produtivas. Essa estratégia foi tomada como a “restauração do marxismo-leninismo adaptado aos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo”. (TRINDADE, 1987, p. 95) Lênin, em outro contexto, já não teria especulado sobre o encaminhamento da transição socialista através de um “pagamento à burguesia?” (LÊNIN, 1980g, p. 498) Dizia Lênin: “No momento atual, aquilo que é novo para a nossa revolução é a necessidade de recorrer ao método de ação ‘reformista’, gradual, de prudente rodeio nas questões fundamentais da construção econômica”. (LÊNIN, 1980u, p. 551) Contudo, deve-se prestar atenção à qualificação dessa temática, já que Lênin falava de método reformista para servir às finalidades da revolução socialista.

O reformismo poderia, talvez, ser compreendido como uma estratégia pacífica, gradual, inclusive com recursos parlamentares, para alcançar o socialismo? (COATES, 2001, p. 313-314) As reformas não se limitariam às melhorias sociais do desenvolvimento capitalista? A retórica sobre esse caminho reformista para o socialismo apareceu na trajetória da social-democracia, sobretudo entre os anos 1920, pós-Primeira Guerra Mundial, e os anos 1950, pós-Segunda Guerra Mundial.

Na China, durante quatro décadas, parece desenrolar-se um processo de reformas distinto tanto de uma política de meras reformas sociais (melhorias, direitos, cidadania), quanto de uma estratégia reformista para o socialismo. A diferença essencial reside na natureza regressiva das reformas atuais chinesas, do ponto de vista sistêmico e classista. As reformas foram implementadas em um país, uma sociedade em que se tentava a construção do socialismo. O tempo passou e o próprio sucesso do crescimento econômico com mercado e propriedade privada construiu *pari-passu* o fortalecimento do capital por dentro da sociedade e da economia chinesa. Dialeticamente, o Estado chinês precisa, depende, não pode abrir mão do fortalecimento do capital para construir uma economia avançada, mas ao mesmo tempo a força do capital corrói pouco a pouco as resistências e a autonomia estatais e a perspectiva socialista. Qualquer um pode ver isso: as reformas chinesas são permanentes, as propostas de mais liberalização nunca cessam, o grande capital e o imperialismo norte-americano não esmorecem em suas pressões. Não é necessário aplicar a receita do neoliberalismo na China, o Estado pode continuar com suas reformas de características chinesas, porque o capital não é ameaçado em sua reprodução ampliada e sistêmica.

No sentido sistêmico e essencial da questão do tipo de sociedade, as reformas implementadas não são orientadas no sentido do socialismo. Não são reformas do fortalecimento do movimento operário em choque com o capital. Não são medidas de controle operário sobre o processo de produção. São reformas, como se diz na imprensa ocidental, “amigáveis ao mercado”, suprimindo direitos sociais, como a garantia do direito à seguridade social pública e ao emprego. A própria palavra “reforma” está mal-empregada no caso da China. Reforma, na ótica dos trabalhadores, tem um sentido de avanço social. As medidas chinesas são conhecidas, na

terminologia do movimento operário, como reação, ou seja, uma resistência que se opõe ao progresso social.

Socialismo evolucionário

Uma abordagem muito discutida do reformismo é o socialismo evolucionário, formulado por Eduard Bernstein. Trata-se da linha de conquistas parciais e reformas sociais no próprio curso do desenvolvimento econômico capitalista. Imagina-se uma transformação paulatina socialista, engendrada pelo próprio movimento das sociedades capitalistas avançadas. Compreende-se que sem forças produtivas desenvolvidas não seria possível a transformação da sociedade. Porém, no caso concreto da China contemporânea, o Partido Comunista já estava no poder, há 30 anos, quando foram deflagradas as reformas chamadas econômicas, confiando-se em um tipo de evolucionismo advindo da restauração do mercado, da propriedade privada e do capital.

199

Na China, submetida às reformas, o evolucionismo confunde-se com a modernização das forças produtivas. O desenvolvimento econômico, em sentido muito estrito, passou a ocupar o lugar da perspectiva e do futuro de superação das classes sociais, esvaziamento do papel do mercado, desnecessidade do aparato político do Estado ao lado da liberdade geral dos indivíduos e da sociedade. Difundiu-se um ideal desenvolvimentista em lugar do socialismo. Quaisquer meios são considerados legítimos para conseguir o crescimento econômico significativo. O desenvolvimento econômico, nesses termos, é visto como o veículo da legitimação do regime e da garantia da sobrevivência da China como nação. Esse tipo de evolução da economia foi tomado como o caminho da integração da Grande China, com a desejada futura incorporação de Taiwan, depois de Hong Kong e Macau, além da influência sobre a maioria chinesa em Cingapura, sem falar da diáspora chinesa no mundo.

Catch Up

O emparelhamento econômico – *catch up* – com os países desenvolvidos relativamente no mundo implica em aceitar os mecanismos já provados, supostamente, e já reconhecidos como eficazes por esses Estados avançados, a exemplo do Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Estados Unidos. Esses assim chamados mecanismos necessários ao desenvolvimento e emparelhamento são o mercado, a propriedade privada, o capital e a integração com a economia internacional. Ademais, a gestão capitalista do processo de trabalho passa a ser imitada, ou diretamente implantada pelas próprias empresas estrangeiras, com particular exacerbação da exploração da força de trabalho, promovendo-se uma regressão sistêmica nas relações sociais de produção na China. Embora não tenha conseguido ainda, a China caminha rapidamente para agarrar a última palavra do capitalismo em termos de avanço em organização econômica e tecnologia.

200

No esforço pelo *catch up*, o campo não pode ser esquecido. Na marcha dos acontecimentos na China, o grande capital já começou a penetrar na agricultura. Intensificam-se os debates no governo sobre a eficiência econômica que resultaria das grandes empresas agrícolas. Esse movimento de penetração capitalista em grande escala na agricultura será um resultado esperado, coerente, do conjunto da expansão capitalista no país. É claro que isso resultará em modernização técnica agrícola, em mais avanço das forças produtivas. Contudo, isso implicará em uma pá de cal nas restantes possibilidades de acesso aos meios de trabalho para as centenas de milhões de camponeses pobres na China. Haverá um salto no alargamento das migrações para as grandes cidades, agravando-se o desemprego.

A fim de usar os terrenos para a instalação de empresas, o Estado, através das autoridades das cidades e aldeias, já vem

desalojando os camponeses de suas terras, nas últimas décadas, como é um fato sabido. Os camponeses despojados nesses casos não recebem uma compensação razoável e passam a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva ou passam a ser trabalhadores migrantes ocupados em condições de trabalho mais precárias.

O ciclo expansivo de longo prazo na China é um êxito econômico. Isso é inegável. Mas esse êxito converte-se em pressão por novas reformas e crescentes garantias sobre a futura trajetória chinesa em favor da persistente dominação do capital. O crescimento econômico é transformado em um fetiche. Deixa de ser uma conquista social, em um Estado socialista, para ser encarado como resultado lógico e indiscutível, o maná extraído da eficiência da propriedade e gestão privadas dos meios de produção, sem prejuízo da centralização de capitais em gigantescas empresas e bancos estatais. Em sentido estrito, crescimento econômico chama-se acumulação de capital, na verdade. Como se sabe, as decisões do “capitalista em função” são balizadas pelas perspectivas de lucro. Sem lucro, não há distribuição de dividendos nem investimentos. É lógico: os investimentos resultarão em produção e realização no futuro. A valorização do capital deve ser um movimento sem fim. E a acumulação de capital é um moinho de geração de contradições, mas teme surpresas, crises, recessões e, por isso, paradoxalmente, é muito importante um Estado forte e previsível na economia, como o chinês. Novamente, o neoliberalismo pode ser dispensado, a China é mais importante. A China bem vale uma missa: o grande capital, sobretudo o nativo chinês, neste momento, ainda aceita, sem deixar sua profissão de fé, *in pectore*, converter-se ao modelo econômico com características chinesas de regulação estatal. Como se diz, dinheiro é dinheiro, aqui e na China. O Estado não é a negação do capital.

Foco em um tipo de desenvolvimento das forças produtivas

O Estado chinês defronta-se com essa crucial tarefa de manter o grande êxito representado pela já longa trajetória de crescimento econômico. Por isso mesmo, no curso das conquistas econômicas, a estratificação de classes sociais, já alcançada na China, com a dominação do capital, é o leito inescapável, embora indesejável, da orientação geral do Partido-Estado, que todo dia é forçado a reafirmar publicamente o compromisso com o sentido e a direção das reformas econômicas. Mas estruturalmente, o êxito econômico, com as características chinesas, não poder ser descolado do aprofundamento efetivo das relações sociais de produção capitalistas.

À frente do Estado, Jiang Zemin (2002) – secretário-geral do PCC, presidente da República e presidente da Comissão Militar – emitiu, em novembro de 2000, o parecer oficial com um balanço dos resultados da estratégia implementada para o desenvolvimento das forças produtivas:

Desde a reforma e abertura, as forças produtivas sociais do nosso país têm se desenvolvido sem parar, o poderio nacional tem aumentado muito, a vida do povo tem melhorado visivelmente e a posição internacional da China tem se elevado dia a dia. (ZEMIN, 2002, p. 419)

Que reforma e abertura? Mudanças eram necessárias, mas essas que foram adotadas representaram a adoção de mecanismos capitalistas, cada vez mais, na estruturação e funcionamento da economia da China, independentemente da vontade e ilusões de Jiang Zemin e dirigentes chineses. O significado imediato e a perspectiva das transformações econômicas tiveram implicações institucionais de monta, com a reorganização das formas de propriedade e mudanças no aparato do Estado.

No balanço do presidente Jiang Zemin existem lacunas evidentes. Tratava-se, naquele momento, ainda de um desenvolvimento econômico mais extensivo do que intensivo. É preciso reconhecer que, naquele contexto dos baixíssimos salários, (i) os lucros, inclusive em perspectiva, (ii) a abertura de imensas e muitíssimas oportunidades de investimentos na China para as exportações e para o mercado doméstico e (iii) o abundante crédito dos bancos estatais na sustentação das decisões de elevado investimento são motores do crescimento econômico. Portanto, os baixíssimos salários, as péssimas condições de trabalho, a abundante mão de obra, a repressão política e sindical aos trabalhadores, os incentivos fiscais, as condições disponíveis de infraestrutura econômica são alguns fatores que explicam a multiplicação de negócios privados dos chineses, a atração massiva do investimento direto externo, inclusive da diáspora chinesa, e o grande salto exportador chinês. O gigantesco potencial do mercado chinês é um chamariz irresistível dos capitais nativos ou estrangeiros, provavelmente, em níveis elevados e por muito tempo, apesar dos efeitos da crise mundial de 2008 e da desaceleração do crescimento econômico desde 2012.

203

O foco no desenvolvimento das forças produtivas não pode ignorar as mutações no terreno das classes sociais. Diversos processos confluem na trajetória econômica da China. Autoridades, membros do Partido e administradores de empresas estatais e coletivas empenham-se para alcançar ganhos e posições sociais, através da autonomia das suas decisões e participação direta nos negócios. Beneficiam-se dos investimentos, da criação de subsidiárias e da associação com o capital estrangeiro. Os saques dos ativos das empresas estatais e as privatizações representaram uma forma parecida com uma acumulação primitiva de capital. Essa forma de acumulação contribui para a diferenciação social, conformando classes de beneficiários, privilegiados, dominantes – os novos capitalistas –, e de despojados, despossuídos, oprimidos – os trabalhadores. Muitos

administradores transmutaram-se em compradores, a preços de ocasião, das próprias empresas estatais ou coletivas, por eles próprios já dilapidadas. A conjugação do Investimento Direto Externo (IDE), da corrida exportadora, dos grandes projetos de infraestrutura e da “acumulação primitiva de capital” favoreceram os resultados do crescimento do produto. Os elevados investimentos repercutiram na sustentação das altas taxas de crescimento econômico.

Determinismo tecnológico

As reformas já teriam promovido o avanço científico-tecnológico e a instauração da sociedade de informação na China, avalia o embaixador Amaury Porto de Oliveira (2003, p. 6). Para ele, as mudanças econômicas contemporâneas seriam a terceira revolução chinesa, depois da instauração da República, em 1911, e da revolução comunista, em 1949. Assim, o progresso técnico é exaltado como um *deus ex-machina* ou equiparado a uma revolução social da magnitude de outubro de 1949.

De onde vem essa exagerada confiança na tecnologia, em si mesma? Na antiguidade, os chineses foram pioneiros em diversas invenções, como a escrita, o papel, a imprensa, a pólvora, a bússola, o aço etc. Nos tempos contemporâneos, a partir do século XX, as origens do marxismo na China ajudam a explicar a grande expectativa no progresso técnico de *per si*. Até o início da década de 1920, teria havido uma influência dominante do determinismo econômico na concepção marxista abraçada pelos marxistas chineses. Mas, conforme Nick Knight (2005), um dos fatores para a superação desse economicismo foi a tradução do livro *Uma Explicação da Concepção Materialista da História*, de autoria do marxista alemão Herman Gorter. Esse livro dava uma interpretação multifacetada para o processo de transformação social, considerando a interação entre diversos fatores. Embora reconhecesse a importância

da mudança tecnológica, Gorter chamava a atenção da influência da consciência política e das convicções ideológicas, conforme as circunstâncias particulares de cada processo histórico. Knight avalia que a interpretação materialista dialética de Gorter, a partir de Friedrich Engels, terminou influenciando direta ou indiretamente Mao Zedong.

Mais de meio século depois, na deflagração das reformas, sob a liderança de Deng Xiaoping, enfatizou-se, justificou-se, argumentou-se e insistiu-se que a nova estratégia de construção do “socialismo” consistia na atenção à economia, na premissa do avanço tecnológico, deixando-se de lado a importância das atividades política e ideológica e a luta de classe dos trabalhadores.

Agora, no atual curso da China, pragmaticamente, é o “vale tudo” para desenvolver a economia. A luta política de massas teria sido um desvio esquerdista deplorável de Mao Zedong. Abandonou-se uma leitura do marxismo, que com Mao, conseguiu reconhecer o papel dos homens, da ação humana, da consciência e da vontade, e conseguiu elaborar concepções de luta política adaptadas às condições sociais e históricas, incorporando o gigantesco campesinato e a guerra de guerrilhas. Agora, com as reformas, como têm sido implementadas, proclama-se uma ortodoxia vulgar do materialismo histórico, limitado ao automatismo e unilateralismo do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, as reformas chinesas aferram-se a uma explicação carregada de determinismo tecnológico.

Em vez do resultado aberto a múltiplas possibilidades, no curso do processo social, conforme uma leitura ampla do materialismo histórico, agora, os reformadores chineses afirmam, peremptoriamente, que, na data já marcada de 2050, a China será um país “socialista” de desenvolvimento médio. Confia-se que o atual desenvolvimento econômico por si só, mecanicamente, entregará a encomenda requerida em 2050, na data aprazada, com certeza.

É o fatalismo do destino e a passividade política das massas que ocupam o lugar da concepção materialista da história, embora contraditoriamente o novo curso econômico da China esteja dominado por reforma do Estado e dominação do capital, em corrosão à perspectiva do socialismo.

Nas atuais reformas, a abordagem da China sobre o desenvolvimento tecnológico é caracterizada como uma visão utilitarista da tecnologia, conforme Xiaobai Shen e Robin Williams. (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005) A “tecnologia é vista como uma simples ferramenta, destacada do seu contexto político e social”; “é vista como um produto acabado, minimizando-se o processo de aprendizagem tecnológica”; e a especialização técnica é limitada à ciência e à engenharia, com uma abordagem preconceituosa em relação à *expertise* política, social e gerencial. A tecnologia é compreendida simplesmente como progresso, ignorando-se que alguns resultados podem ser imprevisíveis e indesejados. Uma perspectiva de estudos que se denomina Condicionamento Social da Tecnologia contesta o determinismo tecnológico e chama a atenção para o processo econômico-social. Em vez de se limitar a discutir os impactos produtivos da tecnologia, caberia, segundo essa perspectiva, examinar por que e como se chegou a determinada tecnologia. A China deveria abrir a “caixa preta” da transferência de tecnologia, compreendendo a sua seleção, adaptação, condicionamento local, conhecimentos e práticas, considerando a interação entre pesquisa e desenvolvimento, empresas e clientes, condicionadas pelas estruturas políticas, econômicas e sociais, advertem Xiaobai e Williams. (2005, p. 201)

Historicamente, recorda-se que o choque da modernidade, depois das guerras do ópio, no século XIX, levou os chineses a compreender a tecnologia apenas em termos de potentes armas de fogo e canhoneiras que faltavam para “salvar a nação”. Mao Zedong, contudo, teria inovado, ao criticar os modelos elitistas de

desenvolvimento tecnológico, buscando tecnologias alternativas, como a pequena indústria rural, conforme a realidade demográfica e territorial da China, embora os resultados imediatos sejam controversos. O princípio maoísta de “andar com as duas pernas” leva a contar com os próprios recursos, além das conquistas do exterior; leva a ver a tecnologia e o derredor, sem autonomizar a inovação do ambiente. A “linha de massas” maoísta teria levado a iniciativas tecnológicas endógenas, desmistificando o desenvolvimento tecnológico.

Para Charles Bettelheim (1979b), a revolução cultural estava associada a uma grande transformação na organização industrial, contribuindo para novas relações sociais de produção na China. Esse processo ligava-se à luta política e ideológica da assim chamada linha proletária, liderada por Mao, em confronto com a assim denominada linha burguesa de Liu Shaoqi. Desse modo, na visão exageradamente otimista de Bettelheim, as massas operárias já empalmavam as decisões dentro das empresas, através das formas organizacionais representadas pelos guardas vermelhos, pelos comitês revolucionários e pelo próprio comitê do partido.

207

Teria surgido ‘um novo tipo de progresso técnico, um progresso que não tem mais o capital como limite e condição, o que, entre parênteses, reveste de um caráter completamente fantasmático as tentativas dos economistas que pretendem aplicar na China ‘modelos de desenvolvimento’ que foram elaborados para países capitalistas. Esse novo tipo de progresso técnico corresponde ao *desenvolvimento socialista das forças produtivas*’. (BETTELHEIM, 1979b, p. 110, grifo do autor)

Percebe-se alguma similaridade entre as interpretações de Bettelheim, no início da década de 1970, e a análise de Xiaobai

Shen e Robin Williams, em 2005. Chama a atenção que em um texto, mais de 30 anos depois, esses dois estudiosos da tecnologia, Xiaobai e Williams, tenham uma avaliação razoavelmente positiva da abordagem maoísta sobre a tecnologia. Para eles, no Grande Salto à Frente, “o Estado chinês investiu pesadamente em ciência e tecnologia e buscou ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e colocar a ciência e a tecnologia nas mãos do povo”. (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005, p. 208) Contudo, com as reformas de mercado, as atenções se voltaram, unilateralmente, para formação de especialistas e para transferência de tecnologia estrangeira. “Iniciativas de massas e autonomia são frequentemente vistas como resíduos de dogmas ideológicos de Mao e irrelevantes para o espírito das reformas econômicas”. (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005, p. 210) De um ponto de vista social, Xiaobai e Williams recomendam que China precisa “desenvolver sua própria cultura crítica para análise e avaliação da tecnologia”.

208

As dimensões da China, sua heterogeneidade de estruturas produtivas e ritmos de crescimento, podem abrir espaço para atividades, compatíveis com as necessidades locais de geração de emprego e renda, com diversos níveis tecnológicos, inclusive levando em consideração o grande excedente de mão de obra. As regiões do Oeste e Centro da China carecem de investimentos e de uma política que lhes favoreça em atividades de baixa e alta tecnologia. Sem prejuízo da necessidade de avanço tecnológico, seria possível uma certa combinação, via regulação estatal, de padrões extensivo e intensivo de desenvolvimento, em contraste com o que já vem ocorrendo pela ação do mercado com aumento das desigualdades sociais e regionais.

Há que se reconhecer um grande e exitoso esforço de inovação tecnológica nas últimas quatro décadas; é claro que aí não há controle político das próprias massas. O avanço tecnológico é atestado, por exemplo, pelas 52 zonas de desenvolvimento de alta tecnologia que

foram criadas até 1998. Contudo, a quase totalidade desses tecnpolos foi instalada na região costeira, onde já se concentra a maior parte da atividade econômica, esquecendo-se do interior do país.

Em uma situação de atraso relativo, não se pode empreender o desenvolvimento econômico vedando a importação de tecnologia. Entretanto, a simples estratégia de emparelhamento econômico, sob uma visão de cosmopolitismo, pode reforçar a marca geral das estratégias empresariais das firmas chinesas privadas que se concentram em importação de tecnologia e imitação, além da concorrência via preços, sem o esforço da inovação. A externalização produtiva das corporações ocidentais e japonesas, migrando para a China, já apresenta alguns casos de introdução de atividades relativas à concepção, engenharia e *design*. Entretanto, é provável que “as grandes multinacionais americanas, japonesas e europeias, evidentemente, não vão colocar na China seus programas mais estratégicos”. (LA CHINE, 2002, p. 10) Em reação a isso, grandes empresas ocidentais têm sido fortemente atraídas pelas oportunidades de imensos negócios dentro da China, em troca de transferência de tecnologia.

Há ainda uma função econômica do Estado como recurso auxiliar do capital, articulando tecnologia e lucratividade. Assim, do ponto de vista geral, há que se reconhecer que as políticas, ações e gastos do Estado chinês em favor da acelerada escalada tecnológica do país resultam em uma importante forma de ajuda à elevação da taxa de lucro médio dos capitais nativos e forâneos na China, a partir do aumento da mais-valia relativa. Nesse sentido, cada vez mais, as transformações tecnológicas, em vez de apenas salários baixos dos trabalhadores chineses, são o mecanismo de elevação da taxa de mais-valia ou taxa de exploração.

Gradualismo

Em nome do desenvolvimento das forças produtivas foram implementadas as reformas, com medidas de contínuo aprofundamento da liberalização da economia chinesa, apesar da persistência de muitos e fortes controles econômicos em mão do Estado. Alguns marcos dessa liberalização podem ser identificados nas seguintes datas e eventos: i) a partir de 1979: descoletivização no campo e implantação das Zonas Econômicas Especiais; ii) 1984-6: reformas urbanas (autonomia das empresas estatais, contratos de trabalho, liberação de preços); iii) 1992: renovação das garantias aos investidores externos através da viagem de Deng à região Sudeste e adoção da fórmula do socialismo de mercado; iii) 1997: decisão de privatização em massa das empresas estatais pequenas e médias; iv) 2001: acordo com a OMC; e v) 2005-6: venda em bolsas de valores de parte das ações do controle do Estado sobre as principais empresas e grandes bancos.

210

O conteúdo e a forma das medidas adotadas, o calendário e a sequência de implementação das reformas, ao lado das experiências prévias e localizadas das reformas, como projetos pilotos, são alguns elementos apresentados como provas do gradualismo chinês contemporâneo. Ademais, a estratégia gradualista seria, até mesmo, a grande responsável pela ascensão econômica chinesa. A China teria sido mais venturosa, na assim chamada transição para o mercado, do que a Rússia dos anos 1990. A primeira teria se beneficiado das reformas graduais, cautelosas, estratégicas, enquanto a segunda teria sofrido com a “terapia de choque”, implementando-se o mercado e a privatização como um ato, de um só golpe, sob o comando dos especialistas do FMI, do Banco Mundial e de universidades americanas. Não obstante as grandes diferenças entre russos e chineses, tudo é explicado nos limites dos meios empregados – gradualismo ou terapia de choque – para desmontar o

socialismo realmente existente na URSS, em um caso, e para abandonar o tipo de planificação socializante e implementar as reformas amigáveis ao mercado na China, no outro caso. Discutem-se os meios, descolando-os dos conteúdos e finalidades das reformas.

O gradualismo e a experimentação como meros métodos não são estranhos ao socialismo no período maoísta, como notou Betellheim (1979a, p. 11, nota nº 7):

De qualquer modo, não há que esquecer que uma das características da política do Partido Comunista Chinês consiste em extrair progressivamente lições da experiência e, portanto, deixar que se desenvolvessem diversas iniciativas antes de preconizar a generalização desta ou daquela forma de organização.

Algumas razões para o caráter gradual das reformas de mercado e privatização na China poderiam ser encontradas nas remanescentes disputas programáticas na cúpula dirigente do Partido-Estado, sem esquecer as controvérsias de 1989. Wing (1999, p. 30-35) argumenta que, sobretudo, entre 1977 e 1985, teria havido polêmicas entre algumas proposições programáticas: a maoísta, a de estilo stalinista e a pró-mercado. É óbvio que a própria magnitude do empreendimento – a mudança para uma economia baseada no mercado e na propriedade privada – aconselhava prudência no ritmo de implementação das medidas, contornando as eventuais resistências políticas herdadas da tradição revolucionária, restringindo o espaço para a manifestação do descontentamento social.

O gradualismo tem sido enfocado de diversas perspectivas teóricas, a exemplo da Nova Economia Institucional (NEI). Essa é uma das explicações liberais para o caso da China. Para Douglass North (1993), representante da NEI, o progresso econômico não pode decorrer de processos revolucionários. As rupturas estão condenadas ao fracasso, por definição, conforme esse detentor

do prêmio Nobel de Economia. Para North, cada país possui uma matriz institucional, com crenças e incentivos estruturados e arraigados. A dependência da trajetória, a história nacional percorrida e os retornos institucionais crescentes asseguram resistência, manutenção e estabilidade da matriz institucional. Assim, nessa visão conservadora, as mudanças efetivas só podem resultar de alterações incrementais, graduais, em um prazo muito longo, para vencer a matriz institucional estabelecida. Mas, o mais importante para North, bem entendido, só podem ser mudanças em favor de mais mercado, mais propriedade privada, defesa intransigente dos direitos de propriedade. Em uma palavra, capitalismo, de preferência em conformidade com as lendas e mitos, propagadas por North, sobre a gloriosa e harmoniosa história econômica anglo-saxônica.

212

Conforme a Nova Economia Institucional, as interações entre os indivíduos, com a busca da maximização de sua riqueza, e a livre ação das forças de mercado, tendem a criar os incentivos e as regras para superação dos mercados imperfeitos em direção às instituições eficientes e aos mercados perfeitos somente encontrados nas sociedades desenvolvidas, particularmente, nos Estados Unidos. Contudo, as dificuldades no processo de aperfeiçoamento são naturais. Não há nada a fazer, a não ser confiar na evolução ditada pelo mercado, já que “o pior [fato inescapável] é que o marco institucional que determina a estrutura básica da produção tende a perpetuar o subdesenvolvimento”, proclama Douglass North. (1993, p. 93) As instituições favoráveis às transações econômicas complexas só apareceram nos países ocidentais em um processo histórico muito longo. (NORTH, 1993, p. 52) Portanto, aplicando esse marco teórico convencional e liberal, conforme North (1993), ao caso da China, só restaria lamentar a tomada do poder pelo Partido Comunista, condenar a revolução socialista e apoiar as contemporâneas reformas de mercado, assimiladas às instituições capitalistas (ocidentais). Nessa situação, a matriz institucional

maoísta, fonte de todos os males, deveria ser demolida, peça a peça, desmontando a coletivização da agricultura, as comunas populares, privatizando as empresas estatais e suprimindo a planificação estatal de tipo socializante.

A expansão econômica acelerada da China, em certo sentido, contradiz tanto o apelo radical de Douglass North na defesa dos sacrossantos direitos de propriedade – como condição *sine qua non* do desenvolvimento – quanto seu ataque à ingerência do sistema Partido-Estado, vestígio da matriz institucional estatista. North aplaude a liberalização chinesa, mas faz gestões *diretamente* – “eu vou à China todo ano” – para influenciar por uma liberalização mais rápida e abrangente, porque para a NEI os incentivos para a inovação e o desenvolvimento decorrem, em primeiro lugar, da mais completa e mais absoluta reverência a todos e quaisquer direitos da propriedade privada, sem qualquer veleidade de intervenção estatal, como tem ocorrido na China.³³

Para Yingyi Quian, a imperfeição dos mercados surgidos na China seria inevitável inicialmente, mas a regulação mercantil tende, sem embaraços, a se aperfeiçoar ao longo dos estágios da transformação chinesa. Foi o que Yingyi sugeriu em um estudo

213

³³ North declarou: “Eu vou à China todo ano. Sou uma estrela de rock na China [risos]. A razão para isso é que a China leva a sério as análises institucionais. Até hoje, na China, as trocas pessoais dominam o modo como o sistema funciona. Eles têm nos livros regras de direitos de propriedade, mas elas não significam muito. Mas eles estão seriamente tentando mudar esse jogo. Se os chineses serão bem-sucedidos ou não, é uma pergunta interessante. No que se refere à América Latina, eu não vejo nenhum sistema político, partido político que esteja se abrindo, que venha sendo tão consciente sobre os problemas que enfrentam, como os chineses têm sido”. (FRAGA, 2006)

centrado nas mudanças institucionais em direção ao mercado, nos marcos de uma Conferência do Banco Mundial.³⁴

Pragmatismo

A via chinesa de transformação econômica não se esgota no método gradualista. A mudança incremental chinesa exprime a prevalência do pragmatismo, escapando das discussões teóricas sobre capitalismo e socialismo, fugindo das distinções entre o marxismo e a ideologia burguesa. Marx já dizia que uma ação concreta de avanço do movimento social valia mais do que uma dúzia de programas. Não adianta o programa do PCC falar hoje em socialismo, mas fazer a introdução do capitalismo. Lênin afirmava que a prática é o critério da verdade. A prática da penetração da dominação do capital mostra a verdade de um direcionamento objetivo para a restauração capitalista na China, a despeito das palavras de autoilusão dos dirigentes do PCC. Mao propunha: “Descobrir a verdade através da prática e, novamente através da prática, comprová-la e desenvolvê-la”. (MAO, 2003a, p. 19) A compreensão de Marx, Lênin e Mao

214

³⁴ “A transição da China para uma economia de mercado ocorre em dois estágios. No primeiro (1978-93), os reformadores introduziram incentivos, restrições orçamentárias e concorrência através da descentralização governamental, permitindo que as empresas não-estatais (principalmente ligadas a governos locais) se desenvolvessem, preservando-se a estabilidade financeira e adotando-se uma abordagem dual para a liberalização do mercado. No segundo estágio, a China buscou desenvolver as mais eficientes instituições de mercado. Durante os primeiros cinco anos (1994-98), implementou-se a convertibilidade da conta corrente, a revisão do sistema tributário, a reorganização do banco central, a redução do tamanho do governo e o início da privatização das empresas estatais. A experiência de transição chinesa revela que progressos significativos podem ser conquistados com instituições adequadas, embora imperfeitas.” (YINGYI, 1999, p. 377)

sobre a prática não poderia resvalar, não poderia se confundir com o primarismo pragmático das reformas contemporâneas chinesas. O PCC expõe análises que denotam intenções socialistas, mas são justificativas de um tipo de reformas em favor mercado, de propriedade privada e do capital, em uma prática em que os fatos se entrelaçam e se autocondicionam em desfavor do socialismo. Para os marxistas, há, a despeito das distinções, unidade entre a teoria e a prática, conforme o materialismo dialético.

Deng Xiaoping usava a metáfora “vadear o rio, pulando de pedra em pedra, deslocando-se de uma margem à outra”, a fim de justificar o gradualismo das reformas de mercado. Qual era a outra margem? O que se esperava encontrar do outro lado do rio? Gradualismo, experimentação, reforma: com que finalidade? O certo é que, no decorrer do tempo, as reformas graduais constituíram um acúmulo de mudanças das partes que não podem deixar incólume o todo, o sistema. E o todo, nessas circunstâncias, repercute e interage, interna e organicamente, com as partes, redefinindo-as. Aos poucos, o todo vai sobredeterminando as partes. Os resultados finais, conclusivos, a longo prazo, tendem a apagar, deixar para trás, esquecer cada passo de alteração incremental e prudente. Buscar a verdade nos fatos, como dizia Deng, é deparar-se, hoje, após quatro décadas de reformas, com uma alteração de conjunto na estruturação econômica, na prática, ao lado das mudanças regressivas nas relações sociais de produção.

As mudanças, passo a passo, já trilharam mais do que o tempo de uma geração. A acumulação quantitativa e gradual de reformas pró-mercado, propriedade privada e capital criou, ao longo do tempo, as condições para o processo em curso de emergência de um patamar qualitativo “novo” na formação econômico-social da China, com a prevalência de tendências e formas capitalistas, estruturalmente. As raízes mais profundas da economia chinesa foram alteradas.

Por fim, cabe desfazer alguns mitos: i) não houve esse gradualismo em diversas mudanças, como, por exemplo, na transformação da força de trabalho em uma mercadoria, segundo as necessidades da acumulação do capital, no brevíssimo prazo entre 1984 e 1986, com a liberação das demissões, fim da garantia de emprego, surgimento do contrato temporário e os fluxos de trabalhadores migrantes; ii) foi extremamente acelerada a privatização de empresas estatais, sobretudo pequenas e médias, no período condensado de 1978 a 2001. A criação do mercado de trabalho, segundo a lógica capitalista, foi um processo incomparavelmente mais rápido do que a trajetória plurisecular de formação do proletariado em todas outras experiências históricas, bastando lembrar a experiência inglesa.

Produtivismo predatório

216

No balanço dos resultados do crescimento econômico chinês, há que se considerar os custos ambientais gravíssimos.³⁵ Desde as

³⁵ “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. (MARX, 1988a, p. 142) “Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. Com efeito, aprendemos a cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. [...] Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas

últimas décadas do século XX, os problemas ecológicos alcançaram níveis extremamente ameaçadores para as próximas gerações, como já evidenciam as mudanças climáticas. O tipo de estratégia produtivista chinesa, subordinada ao mercado e ao capital e descolada da responsabilidade ambiental, tem piorado a global escalada predatória do meio ambiente. Na China, a visão estreita da expansão das forças produtivas, o produtivismo e o economicismo mecanicista agredem, além dos direitos e necessidades sociais da massa trabalhadora, o meio ambiente.

Acelerou-se a erosão do solo, além da desertificação em algumas áreas, ao lado da escassez da água, prejudicando a agricultura. Esses problemas de degradação das terras atingiram cerca de 42% a 45% da área agricultável, chegando a 71% de erosão na região do solo loess.³⁶ Anualmente, cerca de 20 mil km² de terras estão sendo atingidas por desertificação, erosão, salinização etc. (LEE; ZHANG, 2005) Em 2005, já eram desertos 25% do território chinês, segundo a OCDE. (2005, p. 260)

217

mesmas ações. Quando em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às consequências naturais como às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis”. (ENGELS, 197-? ou 198-? f, p. 277-280)

³⁶ Ver Shan (2000, p. 539). “Loess: Depósito eólico distal, pouco ou não estratificado, de frações finas que sofreram deflação e foram acumuladas marginalmente a regiões desérticas, em regiões de menor energia eólica, propiciando a formação de terrenos de alta fertilidade, a base de quartzo e calcita comuns, e outros minerais que não sofreram intemperismo químico significativo nas condições desérticas”. (INSTITUTO..., [200-])

A irrigação é empregada em 80% das terras cultivadas na China, consumindo mais de 80% da água utilizada no país. No caso do uso da água na indústria, houve triplicação do seu consumo de 1978 a 1995. Mas, tanto a contaminação da água quanto a degradação do solo ampliaram-se em razão do aumento da taxa média de aplicação de fertilizantes químicos de 63,60 kg, em 1973, para 307,06 kg em 1992, enquanto os correspondentes números no mundo, nesses mesmos anos, foram 60,20 kg e 109,57 kg. Pesquisas têm constatado áreas com contaminação de água por alta concentração de nitrato. Em todo o país, a média de presença de materiais orgânicos nas terras é de menos de 1,5%. Essa perda da fertilidade do solo, conforme a segunda pesquisa nacional, no final da década de 1980, em 1.403 distritos, foi evidenciada pela presença deficiente de fósforo em 50% das terras agricultáveis; de potássio em 23% dessas terras; de fósforo e de potássio, em 14%. (LI; DAVIS; LIMING, 1998, p. 224; 227)

218

A contaminação das terras e águas, através de fertilizantes, pesticidas químicos, resíduos e efluentes industriais, agrícolas e urbanos, tem repercussão ampla e grave sobre a saúde humana, inclusive dos trabalhadores diretamente ocupados em atividades mais expostas à contaminação (agricultura, pesca e lazer). A grande proporção de mais de 75% das águas fluviais, com os rios que passam por áreas urbanas, é considerada imprópria para o consumo humano. Essa poluição da água tem influenciado o aumento dos abortos espontâneos, anomalias congênitas e mortes prematuras. (OCDE, 2005, p. 559)

No que diz respeito à energia, a China deixou de ser exportadora líquida de petróleo nos anos 1990. A expectativa é que a China importará mais da metade do petróleo que consome, em 2020, e mais de 80%, em 2050. (MINQI, 2005, p. 443) Warwick J. McKibbin (2006, p. 157-158) chamou a atenção de que a China, já em 2006, era o terceiro maior produtor e o segundo maior consumidor de energia do mundo. Já era responsável por 10% do uso global de energia e a

expectativa era alcançar a marca de 15%, nesse consumo, em 2025. Em relação ao carvão, a China detinha 28% da produção e 26% do consumo no mundo. Era o terceiro maior consumidor e a sexta maior reserva comprovada de petróleo. Possuía cerca de 9,4% da capacidade instalada de geração de eletricidade, a segunda maior do mundo. A usina hidrelétrica de Três Gargantas, sobre o rio Yangtze, é a maior do mundo. Foram construídas dezenas de novas plantas de usina nuclear. O gigantismo desse uso de energia tem consequências diversas sobre o meio ambiente e sobre a saúde nos âmbitos local, regional e mundial. Depois dos Estados Unidos, a China é o maior emissor de gás carbônico, originado de combustíveis fósseis, com 13% das emissões globais e com previsão de 18% em 2025.

A combustão de carbono é o principal fator de poluição do ar, e sabe-se que a poluição atmosférica está associada a mais de 300 mil mortes prematuras por ano, conforme a OCDE. (2005, p. 560) As “chuvas ácidas” atingem cerca de um terço das terras agricultáveis no país. Em 2002, a China tinha seis cidades entre as 10 mais poluídas do mundo. A Organização Mundial de Saúde avaliou que apenas 31% das cidades chinesas tinham padrões adequados de qualidade do ar em 2004.

Contudo, cabe ressaltar que, obviamente, é impossível o Estado chinês ficar omissa e passiva completamente na questão ambiental. Assim, constata-se que já houve uma clara mudança no discurso de Pequim desde a segunda metade da década de 2000. O próprio governo chinês divulgou a informação de que apenas três das 74 maiores cidades do país registraram, em 2013, condições climáticas em conformidade com os padrões nacionais considerados como desejáveis e normais na China. Podem ser citadas algumas iniciativas do governo com uma nova visão sobre o problema ambiental, como a assinatura do Protocolo de Kyoto, massivos investimentos em energia de origem hidrelétrica e termonuclear, tentando diminuir a grande dependência de combustíveis fósseis,

e medidas para a redução de dióxido de enxofre, mas pouco empenho na diminuição da emissão do dióxido de carbono. (McKIBBIN, 2006, p. 165-166) A China já lidera a produção de energia solar no mundo. Há um desafio difícil para o Estado chinês: concretizar a defesa do meio ambiente e crítica ao produtivismo predatório e, ao mesmo tempo, conseguir alimentar 22% da população mundial com apenas 6% da terra agricultável do mundo, em um contexto de aceleradas urbanização e industrialização que são necessárias para gerar empregos suficientes. Com a nova retórica de “guerra à poluição” e “civilização ecológica”, os governantes chineses discutem sobre os limites da rapidez do crescimento econômico.